

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ – PE  
CONCURSO PÚBLICO 2023**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

**NOME:**

**CPF:**

**NÍVEL: SUPERIOR**

**CARGO: 32 – TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO**

**Leia com atenção:**

1. No Cartão-Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta PRETA);
2. O Cartão-Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse Cartão-Resposta não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre do envelope, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.



## 15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

### **Dia da Consciência Negra: desigualdade, resistência e muita luta**

Hoje, 20 de novembro, é Dia da Consciência Negra. A data é utilizada para reforçarmos toda a luta da população negra para garantir seu espaço na sociedade, que tem sido conquistado em meio a tantas desigualdades. O dia faz menção à morte de Zumbi dos Palmares, que morreu em luta pela liberdade do povo negro. Nesse cenário, uma notícia positiva: por unanimidade, o Senado Federal aprovou na última quinta-feira (18) Projeto de Lei que tipifica a injúria racial como racismo. A proposta, que segue para análise da Câmara dos Deputados, alinha a legislação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em julgamento, já decidiu dessa forma.

Em Sergipe, dados da Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da Secretaria da Segurança Pública apontam que entre os meses de janeiro a outubro deste ano foram registrados 161 casos de injúria racial e 33 situações relacionadas ao racismo. Os números revelam que as denúncias estão ocorrendo, mas também sabemos que nem todo negro que sofre racismo ou injúria racial procura seus direitos. Não podemos normalizar a discriminação, nem levar na brincadeira e nem minimizar o sofrimento de quem sente o preconceito diário simplesmente pelo tom da pele. A exclusão racial entristece, revolta e traumatiza, mas também pode encorajar e motivar para novas lutas e futuras conquistas.

O Brasil tem a maior população negra fora da África e a superação da desigualdade tornou-se uma exigência moral. A consciência antirracista vem se consolidando, de maneira lenta, mas estamos no caminho. Foram quase quatro séculos caçando, vendendo e comprando seres humanos, por isso é tão relevante praticar uma frase há tempos anunciada pelo movimento negro: “Nossos passos vêm de longe”. Entender a nossa ancestralidade como ponto de partida para os avanços que hoje presenciamos é necessário para dar seguimento à luta. É inaceitável a naturalização da violência social, marcada pela estigmatização da pessoa negra e pela imposição de características negativas e de subalternidade. Se todas as vidas importassem, nós não precisaríamos proclamar enfaticamente que a vida dos negros importa.

Quando eu era criança, queria muito ver na televisão super-heróis negros e hoje compreendo a importância da representatividade, da ocupação de espaços, da necessidade que temos em nos reconhecer nos lugares aonde chegamos. Precisamos quebrar paradigmas e questionar o sistema todos os dias, pois enquanto houver racismo não haverá democracia. É necessário reconhecer que o racismo existe na sociedade atual e que não se manifesta somente por meio de atos isolados e da discriminação direta.

Temos que dar protagonismo aos intelectuais negros que estudam o tema, além de fomentar o ingresso e a permanência de pessoas negras nas instituições e no cenário político, aumentando sua representatividade e diversidade. Nós negros não recuaremos nas conquistas que foram alcançadas ao longo da história, por isso estamos sempre preparados para resistir e lutar contra todo tipo de discriminação. Precisamos romper as barreiras da desigualdade e do silenciamento negro. A jornada é longa e árdua, mas terá valido a pena.

(<https://sinpolsergipe.org.br/nossa-opiniao-dia-da-consciencia-negra-de-siguldade-resistencia-e-muita-luta-por-adriano-bandeira/> Acesso em 23/11/2023)

01. Segundo o texto, entende-se que:

- a) o racismo ainda persiste e o combate a ele se faz necessário para o pertencimento social da raça negra.
- b) a luta contra atos preconceituosos foram atenuados com o Dia da Consciência Negra no Brasil.
- c) Há muita discussão para enfrentar comportamentos discriminatórios que vêm arrefecendo ao longo dos séculos.
- d) a resiliência negra aponta resquícios de uma sociedade intolerante que busca a empatia constante.
- e) os obstáculos encontrados pela população negra no Brasil foram se apaziguando devido ao protagonismo negro recente.

02. Nos fragmentos: “... e pela imposição de características negativas e de subalternidade.” e “Precisamos quebrar paradigmas”, os termos destacados permanecem com o mesmo sentido ao serem substituídos, respectivamente, por:

- a) independência e padrões
- b) restrição e preconceitos
- c) imposição e progressos
- d) soberania e empecilhos
- e) inferioridade e protótipos

03. No trecho: “.... para garantir seu espaço na sociedade, que tem sido conquistado em meio a tantas desigualdades.”, a oração em destaque possui semanticamente o valor de:

- a) conclusão
- b) condição
- c) explicação
- d) causa
- e) consequência

04. No período: “nós não precisaríamos proclamar enfaticamente que a vida dos negros importa.”, o elemento sublinhado é morfológicamente semelhante ao da alternativa:

- a) “avanços que hoje presenciamos”
- b) “aos intelectuais negros que estudam”
- c) “nas conquistas que foram alcançadas”
- d) “reconhecer que o racismo existe”
- e) “da necessidade que temos”

05. No fragmento: “A proposta, que segue para análise da Câmara dos Deputados, alinha a legislação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal” o emprego das vírgulas, de acordo com a norma culta, justifica-se por isolar:

- a) a oração adverbial deslocada
- b) o adjunto adverbial deslocado
- c) o aposto explicativo
- d) a oração adjetiva explicativa
- e) a oração intercalada

06. Nos trechos: “A consciência antirracista” e “ver na televisão super-heróis negros”, tem-se a ortografia correta dos vocábulos grifados, o que ocorre também na alternativa:

- a) semi-árido e extraordinário
- b) autoexpressão e inter-relação
- c) autossustentável e sub-alimentação
- d) sub-rogável e arquiinimigo
- e) hiperraiivoso e ultrasensível

07. No fragmento: “nos lugares aonde chegamos”, a regência do verbo destacado respeita a norma culta como também acontece em:

- a) ‘as cenas a que assistimos’
- b) ‘as leis as quais obedecemos’
- c) ‘os desafios a que enfrentamos’
- d) ‘os preconceitos dos quais nos opomos’
- e) ‘as causas’ pelas quais simpatizamos’

08. No enunciado: “O Brasil tem a maior população negra fora da África...”, o elemento sublinhado pertence a uma classe gramatical diferente do termo destacado em:

- a) “reforçamos toda a luta da população negra”
- b) “tem sido conquistado em meio a tantas desigualdades.”
- c) “Não podemos normalizar a discriminação”
- d) “hoje compreendo a importância da representatividade”
- e) “a superação da desigualdade tornou-se uma exigência moral.”

09. Analise os trechos a seguir quanto aos aspectos morfossintáticos e assinale a alternativa não condizente.

- a) “O dia faz menção à morte de Zumbi dos Palmares” – complemento nominal
- b) “É inaceitável a naturalização da violência social” – predicativo do sujeito
- c) “Entender a nossa ancestralidade” – adjunto adnominal
- d) “tipifica a injúria racial como racismo” – objeto direto
- e) “que foram alcançadas ao longo da história” - objeto indireto

10. A função sintática do segmento destacado no trecho: “Os números revelam que as denúncias estão ocorrendo”, repete-se em:

- a) “é necessário para dar seguimento à luta.”
- b) “e lutar contra todo tipo de discriminação.”
- c) “aumentando sua representatividade e diversidade.”
- d) “que não se manifesta somente por meio de atos isolados”.
- e) “o racismo existe na sociedade atual”.

11. Assinale a alternativa cujo vocábulo em destaque sofreu, no contexto, uma transição de classe gramatical.

- a) “A jornada é longa e árdua”.
- b) “a permanência de pessoas negras”
- c) “por isso estamos sempre preparados”
- d) “dar protagonismo aos intelectuais negros”.
- e) “para garantir seu espaço na sociedade”.

12. Indique a alternativa correta quanto ao emprego dos pronomes ao substituir os termos destacados.

- a) “e comprando seres humanos” ( e os comprando)
- b) “romper as barreiras da desigualdade” (rompê-la)
- c) “questionar o sistema todos os dias” (questionar-lhe todos os dias)
- d) “não haverá democracia” (não havê-la-á)
- e) “O Brasil tem a maior população negra”. ( O Brasil tem-na)

13. No trecho: “Os números revelam que as denúncias estão ocorrendo, mas também sabemos que nem todo negro que sofre racismo... ”, o conectivo sublinhado expressa uma relação de:

- a) hipótese
- b) proporção
- c) adição
- d) oposição
- e) conformidade

14. Marque a alternativa em que a norma da concordância verbal foi respeitada.

- a) A luta dos negros, na sociedade contemporânea e democrática, ainda persiste contra atos racistas.
- b) Movimentos antirracistas, no Brasi e no mundo, discute ações efetivas e leis mais rigorosas para combater o preconceito.
- c) É preciso que todos os brasileiros procure defenderem o princípio da igualdade e da diversidade.
- d) Urgem que a resistência negra e a luta contra qualquer tipo de discriminação sejam discutidas pela sociedade.
- e) A representatividade negra na política nacional, em todas as esferas, reforçam políticas públicas de enfrentamento ao racismo.

15. O verbo destacado no fragmento “A data é utilizada” classifica-se como:

- a) regular
- b) irregular
- c) defectivo
- d) abundante
- e) anômalo

## 25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. A auditoria interna no setor público é realizada através de diversas práticas e técnicas na análise dos atos e fatos administrativos praticados na gestão dos bens públicos. Dentre os objetivos da auditoria interna no setor público não se inclui, apenas:

- a) Demonstrar a conformidade legal e legitimidade, bem como avaliar os desempenhos relativos à eficiência e eficácia na gestão do orçamento, das finanças e do patrimônio nas unidades da administração.

- b) Analisar e avaliar as transferências e a utilização dos recursos orçamentários e financeiros das unidades da administração direta e entidades supervisionadas.
- c) Examinar o desempenho administrativo e operacional das unidades da administração direta e das entidades supervisionadas.
- d) Permitir a vigilância, pela sociedade, da aplicação dos recursos públicos.
- e) Avaliar a conformidade com a legislação específica e as normas correlatas.

17. “Busca certificar a conformidade das contas, examinar a execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes, assegurar a honestidade na aplicação dos recursos públicos e na gestão ou custódia de valores e outros ativos da Administração, abrangendo os seguintes aspectos: confirmação da existência física de bens e outros valores; análise da documentação de suporte aos atos e fatos administrativos; assegurar a conformidade com a legislação pertinente; entre outros.” O texto descreve:

- a) Auditoria de Gestão
- b) Auditoria Operacional
- c) Auditoria de Sistema
- d) Auditoria Contábil
- e) Auditoria Especial

18. Sobre a auditoria interna é incorreto afirmar:

- a) O auditor deve exercer extrema prudência e profissionalismo ao lidar com situações que apresentem indícios de irregularidades, visando alcançar os objetivos estabelecidos para a auditoria.
- b) O auditor, no desempenho de suas funções, deve ter pleno acesso a todas as instalações do órgão sujeito à auditoria, bem como a documentos e registros considerados essenciais para o cumprimento de suas atribuições. Apenas as informações, processos ou documentos ou sigilosos poderão ser retidos dele, sendo assegurada total transparência nos demais casos.
- c) Para atender aos objetivos da auditoria, devem ser conduzidos, quando considerados necessários, provas ou testes apropriados às circunstâncias. Isso visa obter evidências aceitáveis que sustentem de maneira objetiva as recomendações e conclusões da auditoria.
- d) A execução da auditoria requer um planejamento apropriado, que antecipe a natureza, o propósito, a extensão e a profundidade dos procedimentos a serem empregados.
- e) A cada auditoria realizada, o auditor deve preparar um relatório que reflita os resultados das análises realizadas, conforme a forma ou tipo específico de auditoria.

19. Demonstração contábil que ilustra as alterações ocorridas no patrimônio líquido de uma entidade durante um determinado período. Essa demonstração evidencia as receitas, despesas, ganhos e perdas que influenciam o patrimônio líquido, proporcionando uma visão da evolução dos recursos e das obrigações ao longo do tempo. Trata-se de:

- a) Balanço Patrimonial
- b) Balanço Orçamentário
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa

- d) Balanço Financeiro
- e) Demonstração das Variações Patrimoniais

20. Sobre o modelo de administração burocrática, julgue as proposições a seguir em V para verdadeiro e F para falso.

- ( ) No Brasil foi adotado no governo Getúlio Vargas, na década de 1930, através da Primeira Reforma Administrativa.
- ( ) Tem como referência os estados absolutistas europeus dos séculos XV a XVIII.
- ( ) Teve início no Reino Unido, a partir de 1979, em resposta às demandas sociais e ao cenário político neoliberal.
- ( ) A impessoalidade nas relações a hierarquia verticalizada e rígida e a padronização dos procedimentos são algumas das características desse modelo.
- ( ) Procura promover uma Administração com maior eficiência, profissionalismo e impessoalidade, alinhando-se à perspectiva clássica das Teorias Administrativas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) V, V, F, V, F.
- b) V, F, F, V, V.
- c) F, V, F, V, V.
- d) V, V, V, V, V.
- e) F, F, F, F, F.

21. No tocante à Primeira Reforma Administrativa brasileira, analise os itens a seguir.

- I. Estabeleceu o estado administrativo no Brasil por meio de dois instrumentos característicos da administração racional-legal: estatutos normativos e entidades normativas e fiscalizadoras.
- II. Essa reforma ficou caracterizada por estruturar uma administração pública pautada pela padronização, prescrição e controle.
- III. A instauração do "Estado Novo" envolveu o emprego da administração pública recém-criada como meio de controle político tanto em âmbito nacional quanto estadual.
- IV. O governo recorreu à criação de institutos, autarquias e grupos técnicos como meio de intervir diretamente nas relações econômicas, que até então eram predominantemente de natureza privada.

Assinale a alternativa correta:

- a) Há apenas três itens verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- d) Os itens I, II e III são falsos.
- e) Não há itens falsos.

22. A Administração Pública está submetida a uma série de princípios, sendo os basilares estabelecidos na Constituição Federal. O princípio que atua como meio de prevenir o desvio da atuação do administrador público para fins de promoção pessoal, proibido-se o uso de nomes, símbolos e imagens em ações administrativas que, em detrimento do interesse público, promovam partidos políticos e agentes públicos, é:

- a) Princípio da Moralidade
- b) Princípio da Impessoalidade
- c) Princípio da Legalidade
- d) Princípio da Eficiência
- e) Princípio da Publicidade

23. Os atos administrativos são a exteriorização unilateral da vontade da Administração. Eles são dotados de atributos que definem sua natureza e efeitos. Dentre os atributos dos atos administrativos não se inclui:

- a) Presunção de legitimidade
- b) Autoexecutoriedade
- c) Tipicidade
- d) Publicidade
- e) Imperatividade

24. “Os \_\_\_\_\_ são uma espécie de ato administrativo, elaborados no exercício do Poder Hierárquico, visando regular o funcionamento da Administração Pública e a conduta profissional dos servidores no âmbito interno.” Assinale a alternativa que preenche adequadamente a lacuna:

- a) Atos normativos
- b) Atos negociais
- c) Atos punitivos
- d) Atos enunciativos
- e) Atos ordinatórios

25. De acordo com a classificação dos bens públicos, são bens de uso especial:

- a) Os bens que possuem seu uso destinado ao próprio Poder Público para a realização de uma função pública específica.
- b) Os bens destinados ao uso da população, podendo ser utilizados por todos, indistintamente.
- c) Aqueles de domínio público.
- d) Os bens que não possuam destinação pública específica nem finalidade determinada.
- e) Aqueles que, embora sejam estatais, possuem regime jurídico predominantemente privado.

26. Acerca dos agentes políticos é incorreto afirmar:

- a) Os agentes políticos referem-se aos membros da alta administração governamental, titulares e ocupantes de poderes de Estado, cujas atribuições são estabelecidas pela própria Constituição.
- b) Os agentes políticos não são submetidos ao processo administrativo disciplinar, uma vez que possuem regimes próprios de responsabilização.
- c) Agente político é qualquer indivíduo que, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, desempenha algum tipo de serviço para o Estado, exercendo funções públicas no sentido mais abrangente da expressão, englobando qualquer atividade de natureza pública.
- d) O agente político é alguém investido em seu cargo por meio de eleição, nomeação ou designação, sendo suas atribuições derivadas diretamente da Constituição.
- e) São exemplos de agentes políticos: Chefes de Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, Judiciário, Ministério

Público, Tribunais de Contas, Ministros de Estado e de Secretários nas Unidades da Federação.

27. A nomeação é uma das formas de provimento do cargo público. Sobre a nomeação, é incorreto afirmar:

- a) Far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- b) Far-se-á em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.
- c) Dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressaltados os atos de ofício previstos em lei.
- d) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- e) O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

28. De acordo com o que estabelece a Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a sanção de impedimento de licitar e contratar:

- a) Impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- b) Impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- c) Impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) Impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- e) Impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 6 (seis) anos.

29. O crime de afastamento de licitante, previsto na Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) como “Afastar ou tentar afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo”, está sujeito à pena de:

- a) Detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.
- b) Detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.
- c) Reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.
- d) Reclusão, de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.



- e) Reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

30. Qual a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto?

- a) Leilão
- b) Pregão
- c) Concurso
- d) Concorrência
- e) Diálogo competitivo

31. A fase preparatória do processo licitatório é marcada pelo planejamento e deve estar em conformidade com o plano anual de contratações, quando existente, e com as leis orçamentárias. Além disso, deve abordar todas as considerações técnicas, de mercado e de gestão que possam impactar a contratação. O estudo técnico preliminar está compreendido na fase preparatória. Sobre ele, está incorreto o que se afirma em:

- a) O estudo técnico preliminar deve destacar claramente o problema a ser solucionado e sua melhor abordagem, permitindo assim a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.
- b) O estudo técnico preliminar deve conter a descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.
- c) O estudo técnico preliminar deve conter a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso.
- d) Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.
- e) O estudo técnico preliminar deve conter posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

32. De acordo com o que estabelece a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), qualquer agente público pode praticar ato de improbidade administrativa. Nesse sentido, são considerados agentes públicos as seguintes pessoas, exceto:

- a) O estagiário que atua no serviço público
- b) O servidor público celetista de órgão da administração pública indireta
- c) O servidor de ente governamental de direito privado
- d) O sócio de pessoa jurídica de direito privado que celebra contrato com a administração
- e) O particular que exerce função pública

33. Em conformidade com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa (LIA), analise os itens a seguir.

- I. Se um agente público for responsabilizado por ato de improbidade administrativa, não poderá ser processado por crime de responsabilidade pela mesma conduta, em razão da vedação ao duplo regime sancionatório.
- II. A LIA prevê a possibilidade de responsabilização da conduta culposa praticada pelo agente público que se configurar como ato de improbidade administrativa.
- III. Um mesmo ato praticado poderá ser configurado em mais de uma das hipóteses previstas na LIA como ato de improbidade. Nesse caso, deverá ser aplicada a penalidade da infração mais grave.
- IV. Mesmo na ausência de prejuízo ao erário, é possível a condenação por ato de improbidade administrativa que resulte em enriquecimento ilícito. No entanto, nesse contexto, a aplicação da pena de ressarcimento ao erário é excluída.
- V. O recebimento de presentes de alto valor econômico, por agente público, em razão do exercício da função pública, pode ser considerado como forma de enriquecimento ilícito.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e IV, apenas.
- b) III, IV e V, apenas.
- c) I, III e V, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) Todos os itens estão corretos.

34. O prefeito de determinado município depara-se com a necessidade de créditos adicionais destinados a despesas para as quais não há dotação orçamentária específica. Diante dessa situação hipotética, à luz do ordenamento jurídico brasileiro no tocante a créditos adicionais, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de crédito especial, cuja abertura se dá por decreto do prefeito, mediante autorização legislativa prévia em lei especial, exigindo-se indicação de recursos disponíveis para sua abertura.
- b) Trata-se de crédito suplementar, cuja abertura se dá por decreto do prefeito, mediante autorização legislativa prévia, podendo ser incluída na própria lei do orçamento, prescindindo de indicação de recursos disponíveis para abertura.
- c) Através de decreto, o prefeito pode determinar a abertura de crédito extraordinário, prescindindo de autorização legislativa prévia e de indicação de recursos disponíveis para abertura.
- d) Através de decreto, o prefeito pode determinar a abertura de crédito especial, prescindindo de autorização legislativa prévia em lei especial e indicação de recursos disponíveis para sua abertura.
- e) Através de decreto, o prefeito pode determinar a abertura de crédito suplementar, prescindindo de autorização legislativa prévia em lei especial, ou na própria lei do orçamento, e indicação de recursos disponíveis para sua abertura.

35. Ressalvadas algumas hipóteses de exceções previstas na própria Constituição Federal e no ordenamento que rege o orçamento público, é vedada a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. Trata-se do princípio orçamentário da:

- a) Legalidade
- b) Exclusividade
- c) Não-afetação da receita de impostos
- d) Orçamento bruto
- e) Universalidade

36. Considera a situação hipotética em que André, Bruno, Carla, Dandara e Ester são servidores públicos e trabalham na mesma repartição. Analise os fatos a seguir:

- I. André chegou no local de trabalho no horário correto, registrou devidamente no seu controle de ponto e, durante o seu expediente, ausentou-se da repartição para tratar de assuntos particulares triviais.
- II. Bruno, percebendo que ia chegar atrasado no trabalho, pede que a sua colega Carla registre o seu horário de chegada na repartição mesmo antes de sua chegada.
- III. Dandara, tendo acordado atrasada depois de uma confraternização na noite anterior, pediu a um amigo médico que lhe emitisse um atestado médico atribuindo-lhe falsamente a impossibilidade de trabalhar naquele dia.
- IV. Ester, chegou na repartição no horário correto, registrou corretamente seu horário de chegada no controle de ponto e seguiu trabalhando em seu expediente. Tendo presenciado todos os demais fatos descritos acima, publica em suas redes sociais um texto desabafando como se sente sobrecarregada no trabalho em razão das condutas de seus colegas, nomeando-os e descrevendo os atos praticados por cada um, naquele dia.

Assinale a alternativa correta:

- a) André não agiu de forma indevida, já que, apesar de ter se ausentado da sua repartição durante o expediente, havia chegado no horário, tendo registrado corretamente a sua chegada.
- b) Bruno comete um ato que desrespeita a ética no ambiente de trabalho, já que, além de chegar atrasado, teve seu registro de ponto anotado fraudulentamente.
- c) Carla não agiu em discordância com os preceitos éticos profissionais, uma vez que o ato de adulterar o registro de ponto não lhe trouxe benefícios diretos.
- d) Dandara cometeu infração ética grave ao apresentar atestado médico fraudulento, podendo, inclusive, enfrentar até consequências de responsabilização administrativas e criminais.
- e) Ester não cometeu infração ética, uma vez que laborou corretamente em seu expediente. As suas publicações não ferem preceitos éticos profissionais por retratarem a verdade.

37. A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos dos entes da federação. Ao tratar de créditos adicionais, a referida lei define ser necessário, em algumas hipóteses de créditos adicionais a comprovação de existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. Consideram-se recursos para tal finalidade, desde que não comprometidos, exceto:

- a) O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.
- b) O superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
- c) Os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.
- d) Os restos a pagar instituídos no último quadrimestre do exercício anterior, nas hipóteses em que sua utilização esteja desvinculada a programa de governo considerado essencial.
- e) Os recursos provenientes de excesso de arrecadação.

38. Em determinado município, um grupo de vereadores resolveu se reunir e fiscalizar a entrega de materiais de escritório licitados pelo Executivo Municipal para fornecimento nas sedes administrativas das secretarias executivas do Município. Diante dessa situação hipotética, julgue as proposições a seguir:

- I. A conduta dos vereadores envolvidos fere o princípio constitucional da separação dos poderes, uma vez que os três poderes são independentes entre si.
- II. A operação de fiscalização realizada pelo grupo de vereadores considera-se controle interno, uma vez que o Poder Legislativo realizou os atos de fiscalização no âmbito interno do Poder Executivo.
- III. O ato fiscalizatório narrado dos vereadores configura-se função atípica do Poder Legislativo, uma vez que sua função típica é a atividade legiferante.
- IV. A operação de fiscalização depende de autorização prévia do chefe do executivo, através de ato de instauração de auto fiscalizatório, cuja ausência implica nulidade da operação.

São incorretas as proposições:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e IV, apenas
- c) II e IV, apenas
- d) III, apenas.
- e) I e IV, apenas.



39. Sobre o controle interno e externo, julgue as proposições com V para verdadeira e F para falsa:

- ( ) O controle externo do Município será exercido pela Câmara Municipal com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- ( ) O Tribunal de Contas do Estado é o responsável por auxiliar as Câmaras Municipais no controle externo dos Municípios, já que não existem Tribunais de Contas Municipais.
- ( ) O controle externo será exercido pelo Poder Legislativo, enquanto que o controle interno é de responsabilidade exclusiva do Poder Executivo.
- ( ) A Câmara Municipal tem o poder de afastar o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado acerca das contas que o Prefeito deve anualmente prestar, desde que tal decisão seja tomada por maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- ( ) A criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais é vedada pela Constituição Federal de 1988.

Assinale a alternativa que indica corretamente a sequência de respostas:

- a) V, V, F, V, F.
- b) V, F, F, V, V.
- c) F, V, F, V, F.
- d) V, F, V, F, V.
- e) V, F, F, V, F.

40. Acerca das normas constitucionais do Sistema Tributário Nacional, julgue as proposições com V para verdadeira e F para falsa:

- ( ) A instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública é possível aos Municípios e aos Estados.
- ( ) É possível que a cobrança da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública se dê diretamente na fatura de consumo de energia elétrica.
- ( ) É de competência exclusiva da União a utilização de tributos com efeito de confisco, sendo considerada inconstitucional tal medida se adotada por Estados, Distrito Federal e Municípios.
- ( ) Entre as limitações do poder de tributar, que alcançam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclui-se a impossibilidade de instituir impostos sobre livros, jornais e periódicos, com referência a sua atividade econômica, não se incluindo o papel destinado a sua impressão.
- ( ) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir isenções de tributos cuja competência seja de outros destes mesmos entes da federação, uma vez que apenas a União pode instituir isenções de tributos da competência dos demais entes da federação, em virtude de sua posição hierárquica sobre os demais.

Assinale a alternativa que indique corretamente a sequência de respostas:

- a) F, F, F, F, F.
- b) F, F, V, V, F.
- c) F, V, F, F, F.
- d) V, V, F, V, V.
- e) V, V, V, F, V.

